

p/embhecimento CEB 01

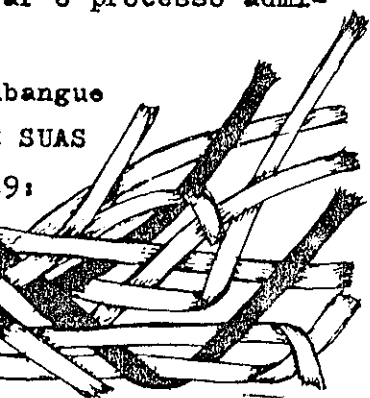
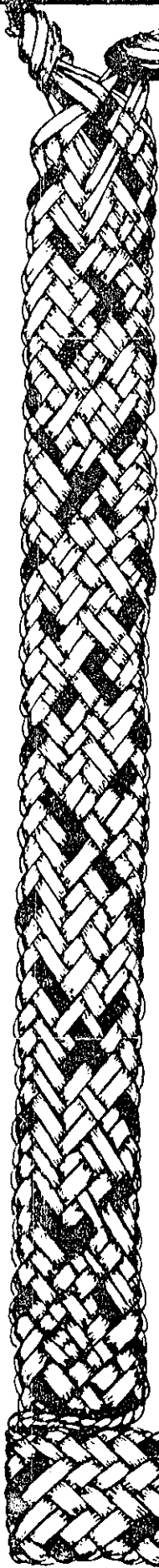
IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	/ /
Cod.	K6000057

CONSELHO DE MISSÃO ENTRE ÍNDIOS

Informação sobre o conflito de terras indígenas no
 =====
TOLDO CHIMBANGUE/SC que levou à greve de fome de um grupo de 16
 =====
peSSoas, entre outras o abaixo assinado.
 =====

- 1) A área do Toldo Chimbangue abrange as terras entre os rios IRANI E LAMBE DOR, num total de 1885 ha.
- 2) O Toldo Chimbangue sempre era habitado por índios Kaingang. Ele fez parte de uma região maior entre os rios Iguapé e Uruguai onde habitavam, de acordo com o censo brasileiro de 1890, mais de 4000 índios Kaingang.
- 3) Importa saber que o território acima, num total de 3.060.000 ha, estava em litígio que Brasil e Argentina herdaram de Portugal e Espanha. Em 1885 o presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, escolhido como árbitro para a questão desse litígio, dá sua sentença favorável a Brasil, graças a defesa brilhante do Barão do Rio Branco. O argumento decisivo de defesa era o fato de que estas terras estavam habitadas por índios Kaingang, naquela época reconhecidos como índios brasileiros.
- 4) Não obstante da afirmação comprovada do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1945 que no Toldo Chimbangue (naquela época se chamava Toldo Irani) existem "índios que necessitam de assistência direta", a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda. de Rio Grande do Sul, vendeu terras do Toldo com a condição de "que ficaria a cargo dos compradores interessarem-se pela retirada dos intrusos (obviamente os índios) hoje existentes na gleba de terras vendidas".
- 5) Até aos anos de oitenta quase todas as terras do Toldo Chimbangue foram vendidas, respectivamente invadidas por posseiros, de maneira que sobraram apenas 120 ha para os índios. Em 1981 se intensificaram as ameaças e agressões físicas por parte dos colonos que visaram a expulsão definitiva ^{dos índios} de suas terras.
- 6) A tomada das terras indígenas e a violência contra o povo Kaingang aconteceram não obstante a presença da FUNAI que prometera "providências imediatas de garantia da utilização da terra enquanto perdurar o processo administrativo da FUNAI".
- 7) Salientamos que a venda, invasão e tomada do Toldo Chimbangue ocorreu apesar da lei que GARANTE AOS ÍNDIOS A POSSE DE SUAS TERRAS já na constituição de 1934 que reza no artigo 129:



NB: O Concílio Regional da Região Eclesiástica II, 1984, em Porto União, dias 28/29 de setembro, resolveu mandar telegrama conforme solicitações deste documento.

CONSELHO DE MISSÃO ENTRE ÍNDIOS



"Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las."

Em constituição de 1967, ainda hoje em vigor, consta: "Artigo 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

§ 1º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas."

- 8) A partir de maio de 1982 os Kaingang resolveram, em reunião, assumir, com o apoio do CIMI, atitudes legais para defender suas terras e interesses que culminou numa viagem a Brasília onde a delegação dos índios no início de dezembro de 1984 conseguiram entregar a questão aos cuidados dos três ministros (MIRAD, MINTER, JUSTIÇA) competentes para resolver este tipo de reinindicação.
- 9) Somente em março os índios receberam, agora pela Nova República, garantias para a solução de seus problemas. No entanto a solução não veio. Até agosto p.p. o governo deu 6 vezes garantias, prometendo imediatas iniciativas para devolver parte das terras do Toldo Chimbangue aos índios e para reassentar os colonos, mas sempre se achou uma desculpa para não resolver nada. Isto levou o missionário da Igreja Católica (CIMI) Wilmar D'Angelis (que no dia 16 de outubro de 1984 foi alvo de emboscada e incontáveis disparos de armas de fogo, sendo que o veículo, no qual viajaram além do missionário, sua esposa, um filho e uma enfermeira, recebeu 8 impactos de projéteis) no início de setembro a greve de fome.
- 10) Com a promessa do ministro Nelson Ribeiro, intermediado por Dom Lucioano Mendes, de que dia 16 próximo seria resolvida a questão do Toldo Chimbangue, o indigenista e seu companheiro terminaram a greve de fome.
- 11) Sendo que a reunião interministerial do dia 16 de setembro p. p. com a presença do governador Esperidião Amin, o prefeito de Chapecó e o representante da FUNAI, somente resultou num adiamento da questão para a próxima segunda feira, resolveram os pastores, missionários e indigenistas envolvidos entrar em greve de fome até que o governo apresentasse uma solução definitiva do conflito.

CONSELHO DE MISSÃO ENTRE ÍNDIOS

12. O abaixo assinado, na função de membro do COMIN, acompanhou todos os acontecimentos em torno do conflito pelas terras do Toldo CHimbanguê, inclusive de um culto ecumênico na catedral em Florianópolis, acompanhado pelo Pastor Egberto Schwanz e da audiência concedida pelo governador de Santa Catarina nos dias 12 e 13 respectivamente. E, numa atitude de coerência de fé e em solidariedade com o povo Kaingang sofredor aderiu à greve de fome que iniciou no dia 17 de setembro, em Florianópolis, na sede da CNBB- Regional Sul.

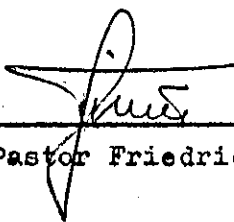
13. A greve foi suspensa 8 dias após, dia 25 de setembro, devida a 7ª promessa do governo de devolver aos índios 912 ha, garantindo o acesso dos mesmos aos seus cemitérios fora desta área e reassentar os colonos em áreas perto de Chapecó.

14. Continua a preocupação de que isto, de novo possa ser uma mera proposta. A resolução de segunda-feira (23 de setembro) carece da confirmação pelo presidente da nação e da expedição do respectivo decreto.

15. Considerando o acima exposto e preocupado com os colonos e os sem terra a serem tiradas das terras reservadas para os índios, sugerimos ao Concílio da RE II que se envie telegramas (inclusive individualizado por cada conciliar que se identifica com a preocupação acima formulada) ao Presidente Dr. José Sarney com o seguinte teor:

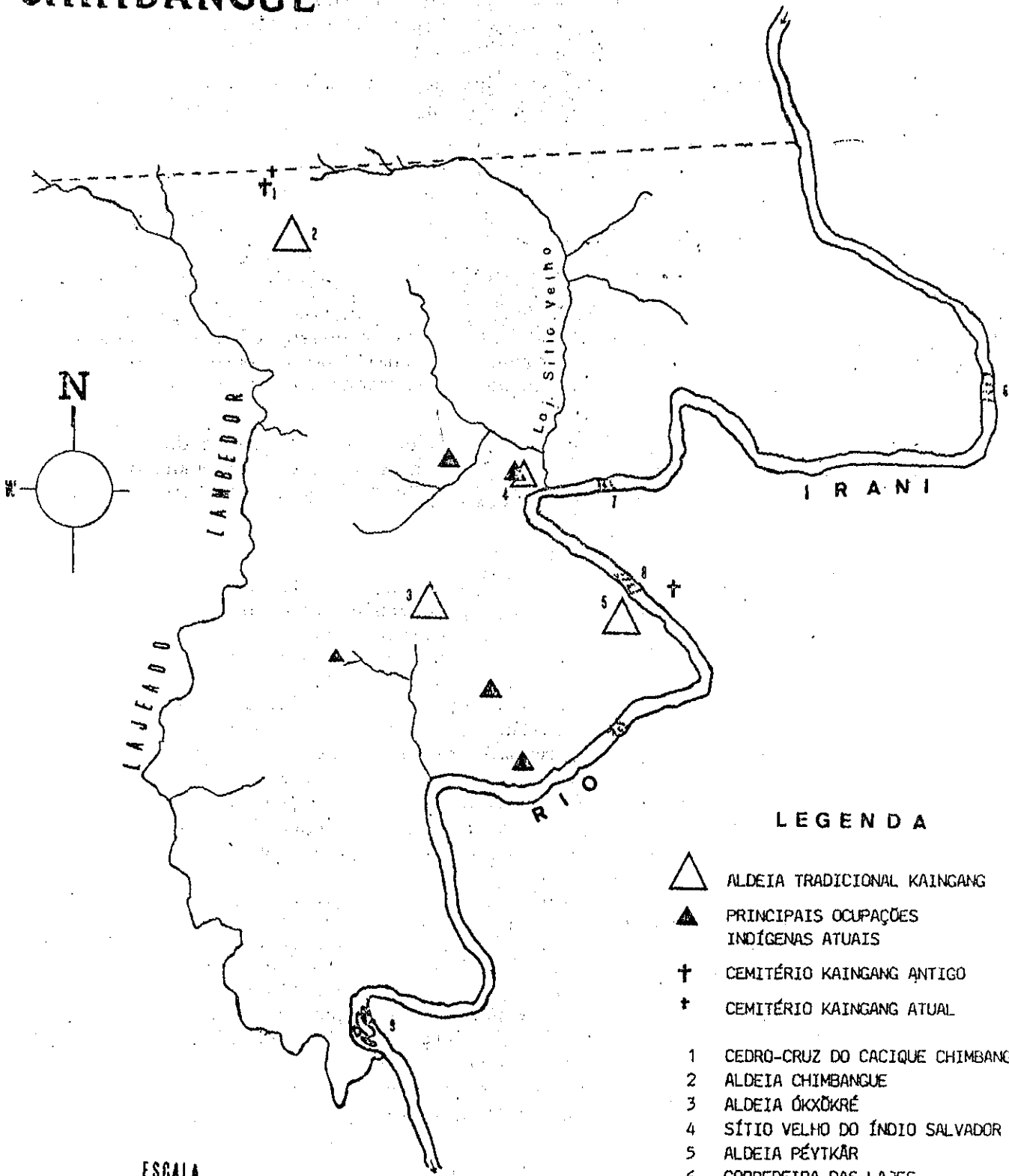
APELAMOS VOSSA SENHORIA ASSINAR DECRETO CONFIRMANDO DECISÃO MINISTROS 23 SETEMBRO REFERENTE CONFLITO TERRAS INDÍGENAS TOLDO CHIMBANGUE/SC E GARANTIR REASSENTAMENTO IMEDIATO COLONOS E SEM TERRA PT

Vila Itoupava, 26 de setembro de 1985



 Pastor Friedrich Gierus

TOLDO CHIMBANGUE



LEGENDA

- △ ALDEIA TRADICIONAL KAINGANG
- ▲ PRINCIPAIS OCUPAÇÕES INDÍGENAS ATUAIS
- † CEMITÉRIO KAINGANG ANTIGO
- ‡ CEMITÉRIO KAINGANG ATUAL
- 1 CEDRO-CRUZ DO CACIQUE CHIMBANGUE
- 2 ALDEIA CHIMBANGUE
- 3 ALDEIA ÓKXÓKRÉ
- 4 SÍTIO VELHO DO ÍNDIO SALVADOR
- 5 ALDEIA PÉYTKÁR
- 6 CORREDEIRA DAS LAJES
- 7 CORREDEIRA RASA
- 8 CORREDEIRA DO KUXÉ
- 9 TRÊS ILHAS

ESCALA
500 1.500 m.

CEDI - P. I. B.
DATA 134, 23
COD. 142.000

A POPULAÇÃO CATARINENSE

Os índios Kaingang vem lutando pela recuperação de suas terras griladas e vendidas por companhias de colonização, gerando assim o conflito do TOLDO CHIMBANGUE. De um lado, os índios legítimos proprietários das terras reconhecidas até pelo Grupo Interministerial (FUNAI - Fundação Nacional do Índio; MINTER - Ministério do Interior; MIRAD - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário); e do outro lado, os colonos envolvidos em processo fraudulento.

Este absurdo conflito entre duas populações, vítimas de uma estrutura agrária especulativa e concentracionista, é resultado de uma legislação de terras que só favorece aos espertalhões e aproveitadores e tem sido explorado por autoridades que tiram proveitos políticos de uma situação artificialmente criada.

Nos últimos anos são centenas de casos de assassinatos de índios, trabalhadores rurais e lideranças. As autoridades assistem passivamente este massacre. Esta omissão levou a situação do Chimbangue a ameaça de mais um morticídio. Urge que o povo catarinense se manifeste exigindo a demarcação imediata das terras dos índios do TOLDO CHIMBANGUE, a indenização e o reassentamento dos colonos.

A situação do Chimbangue é uma entre os inúmeros casos de conflito de terra existentes hoje no País. A solução definitiva para esses conflitos só virá com uma verdadeira REFORMA AGRÁRIA.

PARTICIPE DO ATO DE SOLIDARIEDADE AOS ÍNDIOS
KAINGANG DO TOLDO CHIMBANGUE NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, DIA
28 DE AGOSTO ÀS 19 HORAS.

COMITÊ DE SOLIDARIEDADE AOS ÍNDIOS DO TOLDO CHIMBANGUE

Florianópolis, 09 de agosto de 1985.

Prezados Companheiros:

Os índios Kaingang do Toldo Chimbangue, município de Chapecó, há 12 anos vem lutando pela recuperação de suas terras totalmente invadidas por colonos a partir de 1948. Em 1973, as últimas terras foram invadidas e os índios passaram a viver como peões dentro de suas próprias terras.

Durante todos estes anos tem sido inúmeras as violências sofridas pelos Kaingang: queima de casas, tentativas de assassinatos, roubo de suas colheitas etc.

Depois de muita luta, junto aos órgãos oficiais para que resolvessem a questão, os índios conseguiram que em 30 de maio de 1985 o grupo Interministerial formado pela FUNAI - Fundação Nacional do Índio, MIRAD - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e MINTER - Ministério do Interior se reunissem para estudar e decidir a questão da terra. Esse grupo comprovou que as terras do Toldo Chimbangue pertencem aos Kaingang e portanto deve ser devolvida aos índios. Os agricultores e seus agregados que ocupam aquela área, devem ser indenizados e reassentados em outras terras no oeste catarinense.

As pressões dos políticos de Santa Catarina impediram que o governo Federal cumprisse essa determinação. Com isso os ocupantes brancos sentiram-se fortalecidos e decidiram expulsar os Kaingang da terra onde nasceram e onde estão sepultados os seus mortos.

No mês de julho um grupo de 15 colonos fortemente armados passou a colher e ocupar todas as roças indígenas. Colheram milho, feijão, batata-doce, mandioca, ... Derrubaram fruteiras e canaviais, deixando os índios sem ter o que comer.

Os Kaingang desesperados sem mais poderem contar com o governo, decidiram resistir e retomar as terras por seus próprios recursos. Na madrugada do dia 8 os Kaingang colocaram fogo na escola Municipal de Vila Irani mataram um boi dos colonos para amenizar sua fome, uma vez que, ficaram sem suas roças.

Os colonos afirmam que não ficarão quietos e teme-se que um massacre contra os índios possa ocorrer uma vez que os colonos estão fortemente armados e a própria polícia Federal tem conhecimento disso, mas tem se negado a desarmá-los.

Diante dessa situação foi criado dia 8 de agosto, em Florianópolis um COMITE DE SOLIDARIEDADE AOS KAINGANG DO TOLDO CHIMBANGUE que reivindica:

Imediata devolução da terra aos índios e reassentamento de proprietário e posseiros brancos.

Convidamos você e sua entidade para defender esta posição de justiça. Integre-se ao comite de Solidariedade.

Endereço - OAB Florianópolis

Reunião Quinta Feira 15 de agosto às 19 horas.

O principal objetivo dessa reunião é o planejamento de um Ato Público de Solidariedade que será realizado no dia 28 de Agosto.

Visto a gravidade da situação pedimos que telegramas sejam enviados imediatamente para:

Exmº Sr. José Barney

DD Presidente da República

Palácio do Planalto

70.150 - Brasília DF

Ministro Fernando Lira

Ministério da Justiça

Esplanada dos Ministérios

70.064 - Brasília - SF

Ministro Nelson Ribeiro

Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário

Edifício Palácio do Desenvolvimento

Brasília - SF

Gerson da Silva Alves

Presidente da Fundação Nacional do Índio

SIA - Trecho 04 - Lote 760

71.200 - Brasília - DF

Florianópolis, 25 de setembro de 1985.

ÀS COMUNIDADES E ENTIDADES QUE APOCIARAM A LUTA PELO CHIMBANGUE

Em primeiro lugar desejamos agradecer todo o apoio recebido e as mensagens enviadas aos Ministros, ao Presidente da República e ao Governador do Estado.

Apesar de considerar que não se conseguiu o que se esperava, essa pequena conquista só foi possível graças à greve de fome e toda a mobilização feita pelas comunidades de todo o Brasil e até do estrangeiro.

O Governo decidiu em reunião no dia 23/set. entregar aos índios menos da metade de sua terra, ou seja, 912 ha. Isto representará 7 alqueires por família indígena numa terra cansada e montanhosa. Além disso os 2 cemitérios dos Kaingang, lugar sagrado para eles e razão da sua resistência foram deixados fora da área, sem que se garantisse ao menos o acesso exclusivo aos índios.

Por ora não existe ainda Decreto assinado pelo Governo Federal sobre essa decisão. Não existe prazo para a retirada das famílias de colonos, nem garantia de reassentamento dos sem terra conforme sempre foi pedido pelos grevistas.

O que existe é uma promessa verbal do Ministro do Interior Ronaldo Costa Couto e da Reforma Agrária Nelson Ribeiro de que na próxima semana será assinado esse Decreto pelo Presidente Sarney. Os Ministros também prometeram que será garantido o espaço dos cemitérios aos índios e que os sem terra serão reassentados.

Em confiança que o Governo não deixará de cumprir esses compromissos assumidos perante o Conselho Indigenista Missionário, a Comissão Pastoral da Terra, e representantes da Comunidade Kaingang do Chimbangue, os grevistas decidiram parar a greve, que foi encerrada neste dia, quarta-feira, 25/set., às 09:00 horas da manhã. Fazemos no entanto um apelo a que nossa mobilização continue porque temos certeza de que ela é a única garantia de que poderemos manter essa conquista e garantir o direito à vida aos povos indígenas e aos mais pobres.

Estamos dando ao Governo um prazo até 4 de outubro para que o Decreto seja assinado. Para este dia estamos convocando representantes de todos os grupos que se organizaram em vigília e jejuns em apoio à justiça desta causa para que se reúnam às 14:00 horas no salão do Colé

gio Imaculada Conceição, rua São Francisco, ao lado da Igreja Santo Antônio, em Florianópolis.

Nesta oportunidade discutiremos e avaliaremos a situação e decidiremos o que fazer para continuarmos a assegurar a vida dos povos indígenas em nosso Estado.

Pedimos que desde agora até a próxima semana, cada pessoa e entidade envie telegramas ao Presidente da República, pedindo imediata assinatura do Decreto. Cada pessoa procure conseguir o máximo de telegramas entre amigos e conhecidos. (Veja no quadro abaixo o endereço e o que pedimos do Presidente)

Para as pessoas e entidades de mais longe ou mesmo daqui que não podem vir à reunião do dia 4/out. pedimos que no sábado, dia 5 ou na segunda-feira, dia 7/out., telefonem para qualquer um dos números abaixo para saber o que conseguimos, como seguiremos a luta e o que vocês podem fazer ainda por esta causa.

Telefones

Florianópolis (SC) - Comissão Pastoral da Terra	(0482) 22-2792
- Neusa.....	(0482) 33-1177
- Schisler	(0482) 23-0214
Xanxerê (SC) - Conselho Missionário Indigenista	(0499) 33-0781
Joinville (SC) - Centro de Defesa Direitos Humanos ..	(0474) 26-0839
Itajaí (SC) - Cent. Defesa Dir. Humanos (Idalina) ...	(0473) 66-1153
Blumenau (SC) - IECLB (Gierus)	(0473) 78126
Porto Alegre (RS) - Assoc. Nac. Apoio ao Índio	(0512) 27-1767
Curitiba (PR) - Comis. Pastoral Operária	(0411) 223-5095
Brasília (DF)- Conselho Indigenista Missionário	(061) 225-9457 226-1273
São Paulo (SP) Conselho Indigenista Missionário	(0132) 92-4393

Pres. José Sarney - PEDIMOS IMEDIATA SOLUÇÃO SITUAÇÃO CHIMBANGUE EX-Palácio do Planalto PEDICÃO DECRETO CONFIRMANDO DECISÃO MINISTROS REUNIAO 23 SETEMBRO COM GARANTIAS REASSENTAMENTO FAMILIAS COLONOS SEM TERRA.
Brasília: DF